

Feminismo e Comunicação: uma relação necessária

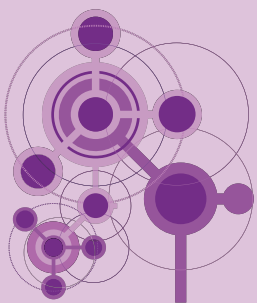
Feminism and Communication: a necessary relationship

Feminismo y Comunicación: una relación necesaria



Claudia Lago

- Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP).
- Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- Professora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).
- Professora da Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP.
- Coordenadora do Grupo de Pesquisa Alteridade, Subjetividades, Estudos de Gênero e Performances nas Comunicações e Artes (AlterGen).
- Coordenadora do projeto de extensão Diversidade na ECA-USP.
- E-mail: claudia.lago07@usp.br



Resumo

Este artigo aborda o feminismo e o campo da Comunicação. Inicia contextualizando a temática e oferece uma conceituação sobre o feminismo e suas origens, indicando dados relativos às pautas que apontam as desigualdades de gênero, para, em seguida, focar a relação com a Comunicação. Indica uma relação ainda muito tímida que esse campo mantém com os estudos feministas e de gênero, e propõe que essa relação se intensifique e passe a nortear pesquisas na área, independentemente dos objetos empíricos.

PALAVRAS-CHAVE: FEMINISMO • COMUNICAÇÃO • ESTUDOS DE GÊNERO • DESIGUALDADES • NATURALIZAÇÕES.

Abstract

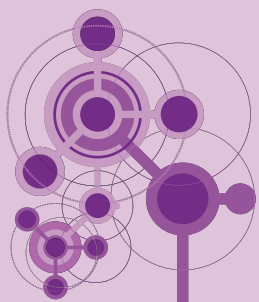
This article addresses feminism and the field of Communication. It begins by contextualizing the theme and offers a conceptualization of feminism and its origins, indicating data related to the guidelines that point to gender inequalities, to then focus on the relationship with Communication. It points to a still very timid relationship that this field maintains with feminist and gender studies and proposes that this relationship be intensified and start to guide research in the area, regardless of empirical objects.

KEYWORDS: FEMINISM • COMMUNICATION • GENDER STUDIES • INEQUALITIES • NATURALIZATIONS.

Resumen

Este artículo aborda el feminismo y el campo de la Comunicación. Primero, expone el tema con una conceptualización del feminismo y sus orígenes, señala datos relacionados con los lineamientos que apuntan a las desigualdades de género, para luego enfocarse en la relación con la Comunicación. Se destaca una relación incipiente que este campo mantiene con los estudios feministas y de género, se propone intensificarla y que guíe la investigación en el área, independientemente de los objetos empíricos.

PALABRAS CLAVE: FEMINISMO • COMUNICACIÓN • ESTUDIOS DE GÉNERO • DESIGUALDADES • NATURALIZACIONES.



FEMINISMO É UMA DITATURA... NÃO ESQUECE DE AVISAR A CAPITÃ ANGELA DAVIS

Os banheiros da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), no prédio central da Escola, há algum tempo receberam pintura nas portas e em algumas paredes, o que permite que as pessoas escrevam com giz, numa tentativa de ampliar, de forma organizada, a livre expressão que, de resto, já se faz nos banheiros públicos à base de canetas indelével. Pois bem, um destes banheiros, destinados às mulheres, ostenta na segunda porta da cabine privada, em letras garrafais e caneta indelével, a inscrição: "FEMINISMO É DITADURA". Toda vez que vou a este banheiro penso em rabiscar a inscrição, colocar algo como "só para as servas do patriarcado", ou algo semelhante. Já tentei apagar com álcool etc., mas em vão. A inscrição me atrai e eu frequentemente vou a esta cabine em particular por conta dela. No retorno das aulas, qual minha surpresa ao encontrar, abaixo da dita cuja, uma resposta bem-humorada, em letra cursiva, também com caneta: "não esquece de avisar a capitã Angela Davis".

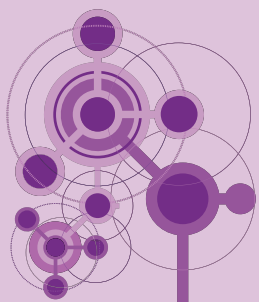
Senti-me contemplada na minha angústia sobre a frase que, para muitas de nós, é ofensiva, e fiquei pensando na particularidade da resposta – irônica, meio sem se contrapor, meio para iniciadas. Talvez pouco efetiva no sentido de convencer ou ampliar o debate com a primeira inscrição, mas, de qualquer forma, algum tipo de resposta.

Este diálogo no banheiro aponta para muitas das questões que podemos levantar quando pensamos na relação entre feminismo e Comunicação. A primeira delas é a disseminação contemporânea da ideia do feminismo, especialmente entre pessoas mais jovens (a maioria mulheres), em inúmeras vertentes e perspectivas. A segunda, correlata a esta, é a reação contrária ao feminismo, pensado justamente enquanto uma "ditadura", que obriga mulheres a não serem o que deveriam ser: femininas, delicadas, cientes de seu papel como cimento das relações – sendo estas heterossexuais. Dentro deste imaginário, feministas são péssimas mães, quando o são; péssimas esposas, quando conseguem marido (algo absolutamente necessário para uma mulher); bravas; feias; e, o que é totalmente absurdo, não se depilam. Claro que estou sendo irônica, mas estes elementos que seleciono para dar conta do imaginário que pensa o feminismo e as feministas a partir de lentes conservadoras (vamos aqui ficar com este termo eufemístico) estão presentes em inúmeros espaços que se dedicam a combater o feminismo e a "ideologia de gênero"¹, com ou sem distinção entre ambos. Assim, em um texto básico e bastante difundido, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2015) ilustra como a palavra feminismo tem um peso negativo: "a feminista odeia os homens, odeia sutiã, odeia a cultura africana, acha que as mulheres devem mandar nos homens; ela não se pinta, não se depila, está sempre zangada, não tem senso de humor, não usa desodorante".

Mesmo com diferenças geográficas e culturais, o imaginário é muito semelhante ao pintar como feministas mulheres inadequadas ao que se espera das mulheres e, muito sintomaticamente, aqui também aparece o problema da depilação.

Apesar do tom jocoso desta descrição, e da resposta no banheiro comentada inicialmente, não podemos esquecer que os ataques às feministas são extremamente sérios, fazem parte de uma cruzada fundamentalista para estabelecer modos restritos de vida para toda e qualquer pessoa, agravam-se em sistemas autoritários e se relacionam à propagação de ódio às mulheres. Como lembra Joan Scott (2019), sendo gênero uma forma primeira de significar as relações de poder, estados autoritários começam por conter as mulheres.

¹ "Ideologia de gênero" é o termo cunhado por movimentos reacionários que se articulam de forma múltipla para combater o que entendem como uma tentativa de destruir as famílias, por defender que não há relação essencial entre sexo e identidade de gênero, por exemplo, ou orientação sexual correta e errada. Nasce no papado de Bento XVI e se espalha ecumenicamente junto às igrejas pentecostais, entre outros agentes. Ver Miskolci e Campana (2017).



Estes ataques são a parte expressiva de violências profundas contra determinados grupos sociais – as mulheres, neste caso. Não podemos esquecer que vivemos no país que ostenta o quinto lugar na violência contra mulheres, a ponto de ser considerada uma endemia. E não é sem razão que estados que têm proporcionalmente menos mulheres na política também ostentam os maiores índices de violência contra elas.

Relacionada à violência, portanto, está também a pouca representatividade política, que é um fenômeno brasileiro. Somos atualmente o país que está na lanterna da equidade de gênero nos espaços de poder, se comparado aos outros países latino-americanos, com uma única exceção. Em relatório da entidade da Organização das Nações Unidas dedicada à igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres (ONU Mulheres) sobre a presença destas no parlamento, publicado em 2021, o Brasil está na posição 142, num total de 192 países avaliados. Na América Latina, estamos à frente apenas do Haiti, que não possui mulheres no parlamento, com 15,2% de mulheres na Câmara dos Deputados e 12,4% no Senado (ONU, 2021).

Estes dados vão contra lógicas básicas que entendem que a construção de um mundo melhor para a maioria das pessoas passa por eliminar as desigualdades, entre elas, as de gênero.

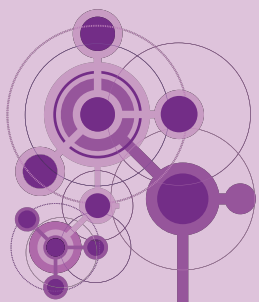
É o caso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Dentre os 17 objetivos, o quinto aponta a necessidade de se atingir a equidade de gênero, em todos os níveis, incluindo o combate à violência e a ampliação da participação política. Importante destacar que o objetivo faz referência a documentos chave, como a plataforma de ação estabelecida pela 4ª Conferência Mundial das Mulheres, a Conferência de Beijing, realizada em 1995. A conferência foi um marco pelo número de participantes e por, especialmente, estabelecer objetivos estratégicos, com ações necessárias para atingi-los, em 12 áreas prioritárias para a equidade de gênero mundialmente. As 12 áreas são:

a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza (fenômeno que passou a ser conhecido como a feminização da pobreza); a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher; os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; a desigualdade quanto à participação nas estruturas econômicas, nas atividades produtivas e no acesso a recursos; a desigualdade em relação à participação no poder político e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos da mulher; *o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios*; a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; e a necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina. (Viotti, 2006, p.148-149, grifo meu)

Observe-se que uma das áreas estratégicas diz respeito exatamente aos meios de comunicação; mas a eles voltarei mais à frente. O que desejo enfatizar aqui é a necessidade consensual, aceita pelos países signatários dos documentos, de medidas efetivas que possam combater e modificar a situação das mulheres – metade da população mundial, note-se. Medidas que combatam a pobreza, que cada vez mais atinge mulheres e meninas; que permitam sua participação nas estruturas econômicas e de poder; que promovam seus direitos; que combatam as discriminações. Ou seja, pautas presentes de uma forma ou de outra nas vertentes do feminismo que, paradoxalmente, é violentamente questionado, transformado em “ditadura”, mesmo por algumas daquelas que são beneficiadas por suas ações e continuariam sendo com as mudanças futuras².

O paradoxo, no entanto, desvanece-se quando pensamos que é exatamente por se colocar em um lugar de desnaturalização das estruturas de pensamento, poder e crença que sustentam as desigualdades que o feminismo pode incomodar tanto, criar

2 Muito se tem apontado para as mulheres que se dizem barulhentos antifeministas na arena pública que elas só podem fazer isso por conta do feminismo, cujas lutas conquistaram o direito de as mulheres estarem, mesmo que em menor número e em posições geralmente subalternas, na arena pública.



tantos imaginários equivocados, criar reações fundamentalistas entrelaçadas com outras pautas reacionárias – e, ao mesmo tempo, conquistar jovens que se percebem oprimidas em um sistema que lhes dá poucas opções de viver a vida.

Para aprofundar um pouco esta perspectiva, precisamos, antes de tudo, pensar o que é, afinal, esse tal de feminismo.

SEJAMOS TODAS, TODOS E TODES FEMINISTAS

O feminismo não é uma coisa só. São vários feminismos, que se organizam em tempos e espaços diferentes e, simultaneamente, no mesmo tempo-espaço, com propostas e ações muitas vezes distintas, conforme os grupos que dele se apropriam. Isso sem falar nos movimentos de mulheres que lutam por igualdade e não se dizem feministas, mas que estão relacionadas às pautas levantadas pelo feminismo ontem e hoje.

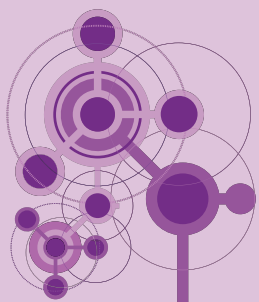
Assim, para começar a delimitar o que é o feminismo, é importante identificar o que ele não é, já que o ódio ao feminismo geralmente se ancora em coisas que ele não prega (mas também a muitas que ele defende, não esqueçamos). O feminismo não é o contrário de machismo, por exemplo. Machismo é um sistema que hierarquiza a relação homem-mulher, atribuindo aos primeiros a superioridade em todos os aspectos da vida, estipulando que mulheres devem se submeter ao domínio masculino. Grosso modo, o feminismo propõe uma sociedade igualitária, em que esta hierarquia seja abolida, ou seja, não propõe o contrário, que as mulheres oprimam os homens. Uma digressão: o grande medo de opressores é virar objeto de opressão. Comparar o feminismo ao machismo é, sem dúvida, um sintoma deste medo.

Outra questão importante ao enunciarmos o feminismo é apontar para suas diferenças, já que o movimento tem sido recorrentemente questionado de dentro por mulheres que apontam a não similaridade das práticas e das pautas de diversos sujeitos feministas, muitas vezes antagônicas. Esta não confluência, que é apontada por detratores do movimento feminista como falha, como indicativo de incapacidade de dar respostas, na verdade é uma consequência de um movimento que, desde a origem, questiona o que é dado como líquido e certo; as caixinhas que colocam as pessoas dentro de um lugar esperado e estabelecem comportamentos, lugares próprios para quem é pensado como “homem” ou como “mulher”³ – mesmo que este questionamento, dependendo do tempo e do espaço, tenha sido limitado. O feminismo, portanto, é plural.

Estes questionamentos de dentro, que hoje em dia não apenas ganham força, mas apontam para a fragmentação do movimento e, por outro lado, sua amplitude, muitas vezes passam despercebidos de olhares iniciais. Assim, é comum falar do feminismo a partir de suas “ondas”, que seriam características do movimento no tempo, tomando como base uma historiografia nascida no Norte global, ou seja, a partir de uma perspectiva eurocêntrica.

Segundo esta narrativa, que tem que ser pensada enquanto metáfora, apontando para fluxos e refluxos dos movimentos de mulheres em sua luta pela igualdade de direitos, a primeira onda seria colocada no tempo no final do século XIX e início do século XX, identificada com a luta das sufragistas pelo direito ao voto e ao trabalho. A segunda onda, cravada nos meados do século XX, marca um período de produção de mulheres sobre os saberes sociais, estando muito relacionada à academia. Um texto paradigmático do período é *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949, no qual a autora aponta para a construção social do que se pensa como mulher (e como homem) (Martinez; Lago; Lago, 2016). Importante ressaltar que o texto, já naquele momento, indicava a necessidade de repensar a ideia do masculino e do feminino como ancorados em fatores biológicos, essencialistas. É da segunda onda o olhar para os direitos reprodutivos, para a liberdade sexual,

³ Por uma questão de espaço, neste texto não aprofundarei discussões sobre a binaridade que está contida nessa perspectiva.



com a afirmação do slogan “o pessoal é político”. No Brasil, a segunda onda convive com a ditadura militar e isso implica configurações próprias do movimento. A terceira onda, situada entre as décadas de 1980 e 1990, no século XX, traz o que se convencionou chamar de “feminismos das diferenças”. Neste momento, ganha força a percepção de que não existe um ser mulher, universal (confundido com as mulheres brancas das camadas médias e altas); as mulheres são muitas, e oprimidas também a partir de seus lugares de raça/etnia, classe, origem, geografia, e outros marcadores. Teóricas(os) apontam os textos de Judith Butler como paradigmáticos do período (Cruz; Dias, 2015; Ribeiro, 2018), além dos textos de mulheres que há tempos falavam das diferenças e de como as pautas e slogans começavam e terminavam nas mulheres brancas, caso de Angela Davis (2004)⁴ e, no Brasil, de Lélia Gonzalez (2019), entre outras. Feminismo que é marcado por uma relação importante com a academia e pela adoção, paulatina, do conceito de gênero como operacionalizador de pesquisas – o que permite a abertura para estudos que trazem à tona os condicionantes da heterossexualidade compulsória (Butler, 2003) e, logo depois, para questionar também a lógica cisgênero normativa (Louro, 2004). É o momento em que, na prática política, as vozes que já falavam há muito sobre isso passam a ter mais visibilidade e fortalecem a multiplicidade inerente ao feminismo, destacando-se, no Brasil, a visibilidade do movimento feminista negro. Lembrando que o brado da feminista negra e abolicionista Sojourner Truth – “E eu não sou uma mulher?” – foi proferido em 1851 na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio⁵ (Oliveira, 2017), ou seja, estas vozes já gritavam há muito, para além das ondas.

Recentemente têm se falado em uma quarta onda do feminismo, marcada pelo aprofundamento das diferenças, pela juventude das mulheres que dele participam e pelo uso constante das redes e ambiente digitais como forma de mobilização e expressão cultural e artística. Heloisa Buarque de Hollanda (2018) organizou em livro o que chamou de Explosão Feminista, tentando apontar para o caleidoscópio atual de pautas, ações e sujeitos presentes nas novas configurações. Não à toa, o livro reúne textos de várias mulheres, que falam de feminismo negro, feminismo indígena, feminismo asiático, transfeminismo, feminismo lésbico, feminismo radical, feminismo protestante.

Existem diferenças nestes feminismos? Com certeza⁶. Mas prefiro apontar para a ideia de que “feminismo é sobre escolhas e não sobre proibições” (Aronovich, 2016, p.18). Feminismo, em síntese, é sobre liberdade. Real, para todas, todos e todes, e não só para os grupos minoritários da humanidade que já dela desfrutam. Mas querer distribuir a liberdade é algo muito perigoso, já que as estruturas sociais se assentam exatamente nesta divisão desigual de tudo: da liberdade, dos bens econômicos, do direito à vida, da dignidade. E, para conseguir este feito, amparam-se nos dispositivos que constroem a vida e suas representações. O feminismo, ao desnaturalizar estes dispositivos e representações, atrai a ira dos privilegiados e daqueles que, mesmo sem o serem, estão submetidos irrefletidamente a essas naturalizações, como a primeira moça com sua caneta no banheiro. E os sistemas midiáticos, a Comunicação, têm muito a ver com isto.

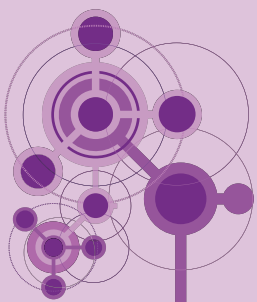
A COMUNICAÇÃO E OS APONTAMENTOS DO FEMINISMO: UMA HISTÓRIA BEM COMPLICADA

A autora feminista Teresa de Lauretis (2019, p.123), apropriando-se de um conceito de Michel Foucault, pensa os produtos da Comunicação (e não só), como “tecnologias de gênero”. A autora parte da ideia de que “assim como a sexualidade, o gênero

4 A capitã de nossa ditadura, lembremos.

5 Exatamente o fato de existirem estas vozes anteriores que não foram, até então, incorporadas nas discussões do feminismo, com uma historiografia marcada pelo movimento norte centrado, branco, de camadas médias e altas, sustenta as críticas às ondas. O texto de Truth, um marco do feminismo negro, pode ser visto em Oliveira (2017).

6 Essa é uma discussão complexa que não faço aqui. Há feminismos, por exemplo, (dos quais discordo profundamente), que ainda pensam as mulheres como seres essencializados, ancoradas no biológico – para ser mulher é necessário ter uma vagina, o que significa não aceitar outro feminismo, o das mulheres trans, por exemplo. A ideia de que as mulheres, por nascerem mulheres, sofrem opressões distintas que não podem ser vivenciadas por pessoas que nascem homens e depois se tornam mulheres tem valia. No entanto (e aí vai minha opinião pessoal), o que nos une não é o tipo de opressão que sofremos, mas a sociedade opressora. Mulheres trans, em nossa sociedade, são profundamente oprimidas por terem corpos feminilizados e por não se enquadrarem na regra da cisgeneridade. Logo, que bom que muitas delas são feministas.



não é uma propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos" (Lauretis, 2019, p.123), mas um conjunto de resultados produzidas nas pessoas, na forma como se comportam e na forma como se relacionam, por meio de tecnologias políticas. A autora, no entanto, propõe-se a ir além de Foucault, pois,

ao pensar o gênero como produto e processo de um certo número de tecnologias sociais ou aparatos biomédicos, caminhamos para além de Foucault, cuja compreensão única da tecnologia sexual não levou em consideração os apelos diferenciados de sujeitos masculinos e femininos, e cuja teoria, ao ignorar os investimentos conflitantes de homens e mulheres nos discursos e nas práticas da sexualidade, de fato, exclui, embora não inviabilize, a consideração sobre e gênero. (Lauretis, 2019, p.123)

Importante reter de sua conceituação a ideia de que o gênero⁷, vivido pela maioria das pessoas como a identificação com o masculino ou o feminino⁸, não existe a não ser pela intervenção cotidiana e sistemática de "tecnologias de gênero". Para a autora, o gênero é representação, com efeitos bastante reais na vida das pessoas. Estas representações são construções por meio de vários aparatos, entre eles a arte, os discursos médicos, a mídia etc.; a construção ocorre continuamente e se faz em todos os espaços, inclusive até no feminismo. Como construção, está embutido no gênero a possibilidade de desconstrução, na medida em que é possível perceber sua construção como uma "falsidade ideológica", a exemplo do discurso feminista que questiona os lugares dados e permitidos às mulheres (Lauretis, 2019, p.124).

Na discussão proposta por Lauretis, resalto dois elementos: pensar a mídia como parte deste aparato de construção de uma determinada realidade das relações entre os gêneros e, ao mesmo tempo, a possibilidade de subversão desta construção.

Infelizmente, os produtos midiáticos estão hegemonicamente localizados no lado da construção cotidiana e sistemática de um gênero binário (homem vs. mulher) hierarquizado, privilegiando a orientação sexual heterossexual, pessoas brancas e narrando o mundo a partir da lógica das classes sociais abastadas.

Detendo-me apenas no primeiro ponto, voltemos à Conferência de Beijing e a sua constatação de que a equidade não prescinde da mudança dos sistemas midiáticos, que necessitam parar de promover representações estereotipadas e que precisam também ter seu controle, seus postos de comando, divididos com mulheres⁹.

Esta realidade, no entanto, está longe de ser alcançada, como aponta o levantamento do Global Media Monitoring Report (GMMP), realizado por voluntárias(os) em vários países do mundo a cada cinco anos, desde 1995. A pesquisa avalia indicadores selecionados de gênero na cobertura jornalística, como a presença feminina (como autoras ou como fontes de notícias e, em caso de fontes, de que tipo), preconceito e estereótipos presentes na cobertura midiática, quem são as pessoas entrevistadas, entre diversas outras categorias. O mapeamento é realizado pela World Association for Christian Communication (Waac) em parceria com a ONU Mulheres, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Aliança Global sobre Gênero e Mídia (Gamag)¹⁰. A metodologia de trabalho é revisada a cada edição e pode ser replicada por iniciativas locais.

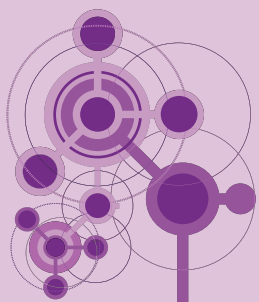
O último mapeamento foi realizado em 2020, em plena pandemia de covid-19, e, entre os achados, indica que, sem mudanças, a equidade nos meios de comunicação levará 67anos para ser alcançada. Os avanços em relação ao levantamento anterior,

7 Gênero é um conceito e, enquanto tal, precisa ser complexificado. Apoio-me na definição proposta por Joan Scott (2019, p.67), a de que "gênero é um elemento constitutivo das relações sociais entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder".

8 Lembrando que, a partir dos estudos de gênero, podemos perceber identificações bem mais complexas e diversas na relação masculino-feminino.

9 E não apenas mulheres brancas de camadas abastadas, assim como não apenas homens brancos de camadas abastadas.

10 Disponível em <http://whomakesthenews.org/>. Acesso em: 23 dez. 2022.



de 2015, são tímidos. Apenas 25% das notícias têm mulheres como autoras ou fontes. Apesar do aumento importante do número de notícias devotadas à ciência e saúde, por conta da pandemia, a presença de mulheres nestas notícias caiu cinco pontos¹¹. Os dados levantados referentes ao Brasil, que havia ficado de fora no levantamento anterior, indicam que, das menos de 30%¹² das notícias que trazem a presença das mulheres, estas são majoritariamente ligadas à política (GMMP, 2021). A grande maioria das mulheres que aparecem nas notícias (59%) falam sobre experiências pessoais, e 43% falam sobre algo que viram, ou seja, não são fontes consultadas como especialistas, mas, sim, geralmente circunscritas às experiências privadas, enquanto os homens respondem majoritariamente pela arena pública (GMMP, 2021).

Hoje em dia, existem outros perigos no front. A ambiência digital tem exacerbado os ataques às mulheres contemporaneamente ampliadas no e pelo online. Um dos exemplos emblemáticos deste tipo de ataque, para mulheres em geral e especialmente para feministas, é o da blogueira Lola Aronovich, que, por conta de um dos primeiros blogs feministas com visibilidade, o *Escreva, Lola, Escreva*, lançado em 2008, passou a ser perseguida por um grupo de misóginos encabeçado por um “mascu”, abreviatura de masculinista, que, em dezembro de 2018, foi condenado a 41 anos de prisão por vários crimes, incluindo associação criminosa, racismo e terrorismo. A história de Lola, que acabou gerando a Lei nº13.642/2018, que atribui à Polícia Federal a possibilidade de investigar crimes cibernéticos de misoginia, é um exemplo do maravilhoso mundo novo em que estamos imersas(os). Para quem não conhece os pormenores dos ataques, estes incluem ameaças de morte a ela e à família; difamações; exposição de dados privados; ameaças à Universidade Federal do Ceará, onde é professora; entre outros. Por conta dos ataques que sofre, Lola se deparou com – e passou a denunciar – o sombrio mundo dos homens “mascu” – misóginos, odiadores de mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+, que têm como ideia de fim o suicídio antecedido por massacre dos grupos que odeiam. Nas palavras de Lola, referindo-se aos chats destes grupos:

Sempre que algum membro do chan falava em suicídio – algo extremamente comum entre homens fracassados em todas as searas de suas vidas – ouviam o coro “Leve a escória junto”. Em outras palavras, não se mate ainda. Antes vá numa palestra feminista, numa Marcha das Vadias, numa Parada do Orgulho Gay, numa Marcha das Mulheres Negras, e abra fogo. Só então se mate ou seja morto pela polícia, e torne-se um herói. (Aronovich, 2018)¹³

O ódio às mulheres também atinge aquelas que trabalham na mídia e que, por isso, ganham visibilidade. Pesquisas internacionais apontam que a violência digital contra mulheres jornalistas é um problema global e segue vários padrões, como ameaças dirigidas não apenas às jornalistas, mas também a suas famílias; migração da violência online para o mundo offline; violência ampliada por meio de campanhas coordenadas de desinformação, muitas vezes incentivadas e ancoradas em discursos de políticos; discursos misóginos intercalados com racismo e outros marcadores (Posetti *et al.*, 2021); entre outros componentes.

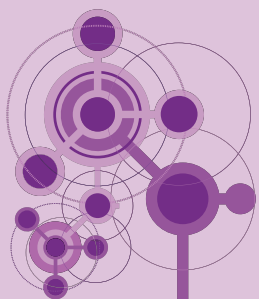
Assim, ao mesmo tempo em que vemos o crescer da visibilidade do feminismo e suas várias possibilidades, também vemos fechar o cerco contra mulheres, com o crescimento em amplitude e em violência dos discursos de ódio e de defesa das opressões. A mesma internet que possibilita a visibilidade e a relação de grupos e pautas feministas também permite o agrupamento de misóginos e alterofóbicos em geral.

É dentro deste contexto que precisamos pensar como o campo da Comunicação, em sua vertente acadêmica, tem se debruçado sobre os estudos feministas e de gênero. Se é consenso que a equidade passa pela transformação dos sistemas midiáticos–

11 Em outro texto (Lago *et al.*, 2020), discutimos como a pandemia tendeu a diminuir ainda mais a presença de mulheres na mídia e, especialmente, em relação à covid-19 que, paradoxalmente, afetou de maneira mais intensa justamente mulheres e meninas, por diversas razões.

12 Os números variam conforme o suporte analisado: 26% no rádio e 31% no Twitter, por exemplo.

13 Em matéria publicada no *The Intercept*, Lola dá detalhes deste submundo e aponta para informações que não foram abordadas pela imprensa, como o fato do responsável pelo massacre da escola no Realengo ter participado desses *chans* e ter matado 10 meninas e dois meninos, com testemunhas indicando que mirava para matar as meninas e machucar os meninos.



como a Comunicação, que olha e pesquisa estes sistemas –, tem pensado/focado, as questões de gênero, os feminismos? Aqui, por ora, a resposta não é totalmente promissora.

PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO: AINDA NÃO CHEGAMOS LÁ

Apesar do crescimento e da visibilidade de pesquisas que se debruçam sobre questões de gênero e/ou feministas, o campo da Comunicação no Brasil ainda engatinha no assunto, por assim dizer.

São vários os levantamentos realizados, em diversos *corpora*, que dão conta dessa aproximação tímida ainda, apesar de contínua.

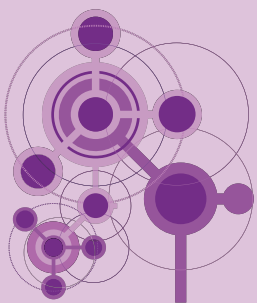
Sem fazer aqui uma apresentação exaustiva dos levantamentos, oriundos do próprio campo, menciono o doutorado de Tainan Pauli Tomazetti (2019), que pesquisou as teses e dissertações defendidas em Comunicação no período de 1972 a 2015. Em 13.265 teses e dissertações encontradas, 316 pesquisas têm alguma interface com os estudos de gênero. Deste universo, o autor constrói duas linhas principais: a dos estudos feministas, que indicam trabalhos que pensam as assimetrias nas representações, o empoderamento e a violência contra as mulheres, e compõem 240 trabalhos; e, na segunda linha, os 62 trabalhos com viés LGBT e/ou *queer*, que problematizam e, segundo suas palavras, “embaralham” a binaridade masculino/feminino. Além desse corte, o autor propõe períodos de produção, que correspondem a perspectivas específicas (Tomazetti, 2019).

Suas conclusões apontam não apenas para a pouca intensidade dos trabalhos (apenas 2,4% da amostra), mas também para o fato dessas pesquisas se organizarem a partir de objetos empíricos e não com uma contribuição verdadeiramente epistemológica, que incorpore conceitos, teorias e métodos. Ou seja, a vasta produção teórico-metodológica do campo de estudos de gênero, incluindo aí as contribuições dos estudos feministas que estão na sua origem, não são apropriadas pelo campo da Comunicação.

Conclusões semelhantes foram apontadas em outros trabalhos, voltados para bases de dados distintas. Assim é que, recentemente (Martinez; Lago; Heidemann, 2022), olhando para os grupos de pesquisa de jornalismo da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), ao mesmo tempo em que percebemos um aumento do número de pesquisas com interface com o campo de estudos de gênero, também percebemos uma relação tênue na incorporação. O conceito de gênero não é pensado como uma categoria de análise (Scott, 2019) que seja operacionalizada para ajudar a entender o campo do jornalismo, e acredito que esta conclusão possa ser ampliada para outras searas do campo, como a Comunicação Organizacional, por exemplo.

Para qualquer base de dados das pesquisas em Comunicação que olhemos, a partir de qualquer metodologia e mesmo estabelecendo categorias distintas de organização dos trabalhos, chegaremos à conclusão de que estes não incorporam de forma consistente aspectos basilares do campo de estudos de gênero e das pesquisas feministas.

Há uma tendência na área a produzir pesquisas que levem em conta gênero quase como um marcador social tão somente. A não utilização de pressupostos e perspectivas já bastante consolidadas no campo das pesquisas feministas e, posteriormente, de gênero, pouco avança no sentido de indicar como tudo isso atravessa toda e qualquer produção e/ou recepção de produtos da Comunicação. Ao se resumirem ao que chamamos de trabalhos diagnósticos (Martinez; Lago; Heidemann, 2022), se, por um lado, as pesquisas podem evidenciar que os produtos culturais produzem e reproduzem as desigualdades de gênero e sexualidades, por outro lado, não indicam como tudo isto afeta a sociedade em geral, com eles se inserem nessa complexa rede de construção da realidade, como se organizam enquanto tecnologias de gênero. É como se a mídia e os demais produtos culturais que



analisamos só se relacionassem à vida das mulheres e das pessoas LGBTQIA+ que acabam sendo objetos das pesquisas e das representações – como se o gênero não organizasse as relações sociais como um todo e as relações de poder (Scott, 2019). Some-se a isso o fato de termos poucos trabalhos que incorporam a perspectiva interseccional (Crenshaw, 2002), ou seja, não pensam as questões de gênero no seu atravessamento e conjunção com outros marcadores, especialmente raça/etnia, que fazem toda a diferença.

É como se as pesquisas em Comunicação, tão céleres em pensar as novas sociabilidades, a relação destas com os meios, ainda não tivessem acordado para o fato de que não há sociabilidade e meio que não esteja atravessado pelo gênero, pela raça/etnia e pela classe social, como os trabalhos sobre racismo algorítmico, por exemplo, têm evidenciado (Silva, 2020). Estamos caminhando, mas talvez muito devagar para o tamanho das tarefas que temos pela frente – e é com elas que finalizo este artigo.

PARA CONCLUIR: SEJAMOS FEMINISTAS E PESQUISADORES(AS) DE GÊNERO E SEXUALIDADES ADOTANDO UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

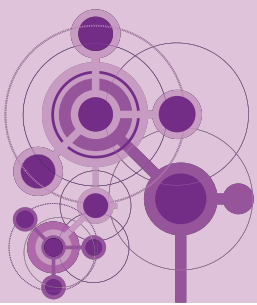
Como mencionei anteriormente neste texto, uma das frases que marcam a segunda onda do feminismo é “o pessoal é político”. Com isto, as feministas chamavam a atenção para o fato de que a esfera privada, aquela à qual as mulheres em geral tendem a ser destinadas, também é um espaço político. O slogan traduz a relação que existe entre as estruturas e as experiências pessoais e coloca em questão dogmas que sustentam estas estruturas, como o da neutralidade. A neutralidade que tem classe, raça, gênero e orientação sexual: são homens brancos de camadas abastadas e heterossexuais que são neutros e, portanto, tudo que não é neutro a eles se refere. O slogan, portanto, acaba por apontar para a inconsistência dessa premissa. O feminismo, mesmo aquele das sufragistas, desde sempre indicou inconsistências e padrões naturalizados. Sempre desafiou aquilo que é tomado como certo e que, por fim, apenas reforça lógicas que privilegiam alguns grupos e oprimem outros (a maioria).

Como mencionado ao longo deste texto, estas lógicas só se estruturam como práticas porque se organizam a partir de sistemas discursivos, que se constituem em relação aos mais diversos dispositivos (família, escola, religiões, sistemas jurídicos, medicina, mídia etc.). O “natural” existe porque assim é constituído, apontando tudo o que seria não natural – e a própria variação desta não naturalidade no tempo e no espaço por si só já indica como é uma construção social. Não nos esqueçamos das celeumas sobre o voto feminino, já que as mulheres eram consideradas incapazes de pensamento racional, só para citar um exemplo corriqueiro.

Vivemos um momento interessante, em que naturalidades se desmancham no ar – para referenciar uma frase famosa. Também por isso, as forças que se sentem ameaçadas organizam-se ferozmente para impor retrocessos, manter o estado das coisas, garantir que as caixinhas das existências continuem ajustadas a sua visão de mundo. Este processo não se refere tão somente às sociabilidades e lugares de gênero; ao contrário, sociabilidades, lugares de gênero, lugares étnico/raciais dizem respeito à manutenção das subalternidades e das desigualdades sociais.

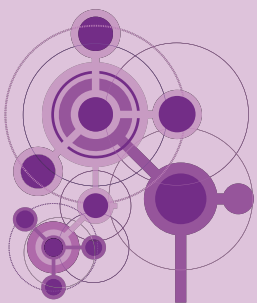
Nosso campo de estudos e pesquisa, a Comunicação, relaciona-se diretamente a esse universo, já que os bens simbólicos que são nossos objetos se organizam nesta arena, seja majoritariamente reforçando as naturalidades, seja desafiando-as – ou ambigualmente ligando-se aos dois polos opostos.

Pensar a Comunicação sem pensar esses movimentos e atravessamentos é não se permitir ter uma ideia ampla e mais acurada sobre os fenômenos que nos propomos a estudar. Pensar a Comunicação hoje exige ter uma sensibilidade que sempre vai colocar em pauta a perspectiva de como nossos objetos se ligam à construção ou desconstrução. Resgatando e ampliando Lauretis: como se organizam enquanto tecnologias de gênero, raça/etnia e classe social.



REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. *E-book*.
- ARONOVICH, Lola. O dia em que o cara que quis me destruir foi condenado a 41 anos de prisão. *The Intercept*, Rio de Janeiro, 21 dez. 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/12/21/prisao-do-misogino-marcelo-mello/>. Acesso em: 21 dez. 2022.
- ARONOVICH, Lola. Saia do armário e se assuma feminista. In: QUEIROZ, Nana (org.). *Você já é feminista!* Abra este livro e descubra o porquê. São Paulo: Pólen, 2016. p.18-20.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, n.1, p.171-188, 2002. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.
- CRUZ, Maria Helena Santana; DIAS, Alfrancio Ferreira. Antifeminismo. *Revista de Estudos de Cultura*, São Cristóvão, n.1, p.33-42, 2015. doi:<https://doi.org/10.32748/revec.v0i01.3651>.
- DAVIS, Angela. *Mujeres, raza y clase*. Madrid: Akal, 2004.
- GMMP. *GMMP 2020-2021 final report*. [S.l.]: GMMP, 2021. Disponível em: <https://whomakesthenews.org/gmmp-2020-final-reports/>. Acesso em: 21 dez. 2022.
- GONZALES, Lélia. A categoria político-cultural da *Amefricanidade*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.341-352.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- LAGO, Cláudia *et al.* A pandemia não tem rosto de mulher. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, São Paulo, v.19, n.35, p.95-107, 2020.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.121-155.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; HEIDEMANN, Vanessa. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: a relação tênue continua. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v.29, n.1, e41919, 2022. doi:<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2022.1.41919>.
- MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho de Souza. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v.23, n.2, ID22464, 2016. doi:<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2016.2.22464>.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v.32, n.3, p.725-747, 2017. doi:<https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>.



OLIVEIRA, Tory. Cinco textos feministas centenários que continuam atuais. *Portal Geledés*, São Paulo, 31 mar. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cinco-textos-feministas-centenarios-que-continuam-atuais/>. Acesso em: 21 dez. 2022.

ONU. Paridade de gênero em Parlamentos só será alcançada em meio século. *ONU News*, Brasília, DF, 10 mar. 2021. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2021/03/1743972>. Acesso em: 10 jul. 2022.

POSETTI, Julie *et al.* *The chilling*: global trends in online violence against women journalists. Research discussion paper. Paris: Unesco, 2021. Disponível em <https://en.unesco.org/sites/default/files/the-chilling.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2022.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.49-81.

SILVA, Tarcízio da. Visão computacional e racismo algorítmico: branquitude e opacidade no aprendizado da máquina. *Revista da ABPN*, Goiânia, v.12, n.31, p.428-448, 2020. doi:<https://doi.org/10.31418/2177-2770.2020.v12.n.31.p428-448>.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. *Genealogias dissidentes: os estudos de gênero nas teses e dissertações em Comunicação do Brasil (1972-2015)*. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193542>. Acesso em: 21 dez. 2022.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Pequim 1995 – Apresentação. In: FROSSARD, Heloisa (org.). *Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres*. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. p.147-258. Disponível em https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/SPM_instrumentosinternacionaisdireitosdasmulheres.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

Artigo recebido em 13/12/2022 e aprovado em 14/02/2023.